

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O FEMININO NEGRO:

corpos afetados pelas faces da opressão e da desigualdade racial.

RESUMO

Mesa temática coordenada que aborda o racismo e o sexismo como produtos da sociedade capitalista expressos nas condições de vida das mulheres negras. Os textos apresentam abordagens que iniciam com os elementos históricos da construção da diferença como inferioridade que passa a demarcar o lugar dos corpos negros. Em seguida o lugar da mulher negra na sociedade brasileira é apresentado a partir dos marcadores sociais de classe, gênero e raça como alicerces que fixa o lugar dos corpos negros femininos. Na perspectiva de materializar o exposto os dois textos seguintes enveredam por experiência concretas da vida de mulheres negras, nas condições a que são submetidas exatamente pela condição de gênero e raça. As crises sanitárias servem de cenário para apontar como a desigualdade se materializa na vida das mulheres negras, afetando seus corpos e o das pessoas ao seu redor, contingenciadas nas periferias e atravessadas pela ausência do poder público. Em seguida o trabalho doméstico é tratado a partir da legislação mais recente que inseres as trabalhadoras no conjunto de pessoas com direitos trabalhistas, mas faz isso de forma lenta e sob a resistência permanente dos segmentos que acostumados a explorar essa mão de obra, se negam a respeitar o trabalho doméstico e as mulheres que ocupam esse lugar. Tem-se, portanto, um esforço de problematização que reúne textos resultantes de pesquisas especialização, mestrado e doutorado, abordando as relações de poder que circundam a vida de mulheres negras sob o peso das questões de classe, de gênero e de raça próprias da formação da sociedade brasileira

Palavras-chave: DESIGUALDADE; GÊNERO; PODER; RACISMO; SEXISMO.

ABSTRACT

Coordinated thematic table that addresses racism and sexism as products of capitalist society expressed in the living conditions of black women. The texts present approaches that start with the historical elements of the construction of difference as inferiority that starts to demarcate the place of black bodies. Then the place of black women in Brazilian society is presented from the social markers of class, gender and race as foundations that fix the place of black female bodies. With a view to materializing the above, the following two texts embark on concrete experiences in the lives of black women, in the conditions to which they are subjected, precisely because of their gender and race. Health crises serve as a scenario to point out how inequality materializes in the lives of black women, affecting their bodies and that of the people around them, contingency in the periphery and crossed by the absence of public

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



power. Then, domestic work is dealt with based on the most recent legislation that inserts female workers into the group of people with labor rights, but it does so slowly and under permanent resistance from segments that, accustomed to exploiting this labor force, refuse to respect domestic work and the women who occupy this place. There is, therefore, an effort at problematization that brings together texts resulting from specialization, master's and doctoral research, addressing the power relations that surround the lives of black women under the weight of class, gender and race issues inherent in training of Brazilian society

Keywords: INEQUALITY; GENDER; POWER; RACISM; SEXISM.

RACISMO COMO MECANISMO DE PODER

Sarah Fernanda Moraes Gomes

RESUMO

Apresentação de elementos introdutórios acerca dos processos históricos que constituíram a emergência da diferença como elemento negativo. Nesse intento a modernidade é apontada como espaço temporal no qual forma gestadas as ideias que ainda hoje permeiam as ações de caráter social, político e econômico que afetam os corpos racializados. Autores clássicos são expostos para fundamentar a criação das concepções de mundo centrada no ideário europeu em contraposição ao reconhecimento de culturas e modos de vida diferentes em outros territórios do planeta.

Palavras-chave: Estado burguês; Dominação; Poder; Raça.

ABSTRACT

Presentation of introductory elements about the historical processes that constituted the emergence of difference as a negative element. In this attempt, modernity is pointed out as a temporal space in which the ideas that still today permeate social, political and economic actions that affect racialized bodies are formed. Classic authors are exposed to support the creation of worldviews centered on European ideas as opposed to the recognition of different cultures and ways of life in other territories of the planet.

Keywords: Bourgeois state; Domination; Power; Race.

1 INTRODUÇÃO

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A Ciência Histórica nos fundamenta e pode moldar nossas percepções, memórias assim como podem ser criadas atreladas a diversos interesses. Nesse texto voltamos ao saber Histórico, pensado numa perspectiva do Sul para entender como foi construído o fundamento do racismo para a manutenção das hierarquias raciais. O racismo tem sido utilizado como justificativa para a escravidão, a colonização e a exploração de povos considerados inferiores. A ideia de que algumas raças são superiores a outras foi amplamente difundida no século XIX, com o surgimento do darwinismo social e da eugenia. Essas teorias, supostamente científicas, foram utilizadas para justificar a segregação racial, a esterilização forçada e até mesmo o genocídio. Propomos aqui refletir e mostrar como essas ideias foram criadas, bem antes do século XIX.

2 O ESTADO MODERNO NA CONSTRUÇÃO DE UMA RAZÃO UNIVERSAL - a modernidade.

Vivemos em uma sociedade, cujo modo de produção se fundamenta no lucro obtido pela exploração de uma classe sobre a outra. Uma forma de organização política e econômica que não surge abruptamente, mas é resultado de longos processos de construção de uns e desconstrução de outros. Ou seja, o capitalismo se materializa por meio de processos macroestruturais, mas também de outros microestruturais definindo o cotidiano das pessoas, suas formas de pensar e, dessa forma, atingindo incisivamente corpos dados como diferentes.

Este processo tem início na era Moderna, um período historicamente demarcado entre os séculos XV e XVIII. A recuperação da História permite observar diversos e marcantes acontecimentos nesse período, como o Renascimento, as Reformas Protestantes, as Grandes navegações, o início dos processos de colonização das Américas, a contra-reforma católica, as primeiras teorias iluministas, o Mercantilismo, ou seja um turbilhão de acontecimentos que mudaram completamente não apenas a sociedade europeia, mas também de sociedades sequer admitidas naqueles período, em razão da auto imagem centrada que a Europa tinha de si mesma.

Apesar da emergência desses acontecimentos ter a Europa como epicentro, todas as ideias e atividades derivadas de cada um deles foram expandidas e impactaram a história de povos distantes, em cada um dos continentes, a exemplo das Américas. É necessário pensar

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



criticamente para entender como tudo isso se deu e de que forma influenciou as nossas ideias, a produção de conhecimento, as relações econômicas, políticas e a construção de uma história protagonizada por conquistadores estrangeiros que, ao invadir terras desconhecidas, motivados pelo desejo de dominação e exploração, disseminam concepções conservadoras e racializadas que se alicerçam e instituem elementos que dão forma àquilo que contemporaneamente tornou-se objeto de estudos e reflexões tratadas nos debates sobre as questões étnico-raciais.

A rigor, o significado da palavra moderno remete a algo novo, em oposição ao que é antigo e conservador, essa ideia de modernidade é totalmente atrelada a uma ideia de evolução e essa suposta evolução seria uma oposição ao que existia antes do capitalismo. Todas as denominações da temporalidade histórica, por exemplo, foram construídas no século XIX, no período em que o “homem europeu capitalista” consolidado, arrebatado pelas evoluções tecnológicas, se volta ao passado e afirma que tudo que existia era involuído.

Temos na divisão da História da humanidade os exemplos que caracterizam essa percepção da realidade social em distintos tempos: Idade Antiga, Idade Média ou Idade das Trevas, Idade Moderna e Idade Contemporânea. Então, a Idade Moderna é o período que demarca a transição entre a medievalidade e a ascensão total da classe burguesa como detentora de poder econômico e de poder político. Não à toa, Karl Marx afirma, no manifesto comunista, que a burguesia fez História no seu tempo e conjuntura. Historicamente existem divergências conceituais entre ser considerado um período pré-capitalista ou capitalista, essa divergência surge da ideia de que existem várias formas de atuação capitalista, porém aqui, usaremos o conceito de pré-capitalismo por questões metodológicas.

Como afirmado anteriormente, essas transformações iniciaram primeiramente no continente europeu no campo das relações econômicas, mas a maior força foi implementada na transformação cultural, a partir da criação de ideias e condicionamentos morais justificassem a exploração, o lucro e a usura (base do funcionamento da economia capitalista) já existentes de modo tímido em boa parte do continente europeu.

O comerciante que se tornaria burguês, vivendo no século XVI, no qual consequentemente era um homem religioso, precisava construir um pensamento que justificasse suas ações e modo de vida. Portanto, Estado e igreja precisavam constituir um pacto do qual derivaria a superação do discurso de condenação da riqueza. Demarca-se, dessa forma, uma das primeiras viradas de pensamento que fundamentam o capitalismo:

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

acumular riquezas em vida seria uma “predestinação, uma benção divina, não um pecado” conforme afirmava Calvino.

Por mais que as potências tradicionalmente católicas, Portugal e Espanha, discordassem desse discurso, ambas se organizaram em torno do processo de expansão territorial e econômica e o que fez isso possível foi a articulação política entre Estado, igreja e burguesia e Igreja. Ou seja, as ideias de acumulação, de enriquecimento e de lucro atingiram e mobilizaram as maiores potências à época. Além dos interesses de ordem econômica, elaboraram todas as condicionantes da vida moral e cultura, em parceria com o poder da igreja, influenciando sobremaneira a produção de conhecimento a partir daquela época, tomando a si próprios como centro do mundo para produzir ciência.

Se dentro do próprio continente europeu, o homem burguês se volta ao passado e diz que determinado modo de vida é um atraso, o que não dizer após o contato com os povos ameríndios, demarcado por atos de invasão violenta, de genocídio e escravização, pode ser conceituado como catastrófico. Trata-se do espelhamento de si próprio como modelo de humanidade, de suas terras como referência de mundo, de suas formas de vida como padrão moral, político e econômico, que desde o século XVI passa a ser utilizado como parâmetro para pensar o mundo e assim realizar suas “conquistas”.

Assim como afirmou Dussel, a História que conhecemos hoje foi pensada para ser dominante pelo viés da modernidade europeia e isso perdura atualmente. Segundo o autor, é possível perceber que “O homem europeu por muitas vezes não teve noção dos processos históricos que os levaram até onde se encontram, por exemplo, não conseguiram compreender que tecnologias como pólvora e bússola, são produções de outros povos levadas até eles...” (DUSSEL, 2000), ou seja, para eles sempre estiveram ali, não conseguiam admitir que descobertas tão significativas pudessem surgir de povos considerados bárbaros, selvagens e atrasados. Não concebiam realidades históricas que estivessem fora da realidade europeia.

1.2 A ideia do eu e do outro: o europeu como homem universal.

Conforme disposto na exposição anterior, o advento do Estado moderno, juntamente com seus conceitos e transformações trazem consigo a proposta do homem europeu pensar a si e o mundo como centro de todas as decisões e produções relevantes para a humanidade. Esse homem europeu faz isso pensando a partir da sua localização geográfica se colocando

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

em uma perspectiva universal, ou seja, as propostas de vidas, os saberes, as filosofias, as ciências, as epistemologias, as concepções morais e culturais eram pensadas de acordo com as tradições construídas no continente europeu e qualquer alternativa a isso, era tachado como “outro”, geralmente entendida como algo subalterno, ou seja, o ponto de partida, “o Eu” seria europeu.

O conceito de outro foi pensando na modernidade, primeiramente por um famoso filósofo moderno conhecido por Friedrich Hegel. Hegel serviu de fundamento para inúmeros autores da filosofia e criou sua própria tradição. Existem teóricos, defensores dessa perspectiva de análise, que até os dias atuais sustentam suas produções teóricas nas afirmações de Hegel acerca do outro. Hegel foi um desses autores se propôs universal.

Usando de seus princípios a filósofa Simone de Beauvoir (1980) elabora a categoria do outro pensando na perspectiva de gênero, nesse caso, a mulher seria o outro do homem. Pois bem, o “Outro” seria o complemento do “Eu”, o Eu é um sujeito “em si e para si”, o outro é um sujeito apenas “em si”, servindo de certo modo para validar a existência do sujeito em si e para si. Em resumo, os povos ameríndios e africanos por não terem a mesma formação cristã e organização social, seriam esse outro. No desenvolvimento desse conceito, a autora disserta que

Os judeus são “outros” para o anti-semita, os negros para os racistas norte americanos, os indígenas para os colonos, os proletários para as classes dos proprietários. Ao fim de um estudo aprofundado das diversas figuras das sociedades primitivas, Levi Strauss pôde concluir: “A passagem do estado natural ao estado cultural define-se pela aptidão por parte do homem em pensar as relações biológicas sob a forma de sistemas de oposições: a dualidade, a alternância, a oposição e a simetria, que se apresentam sob formas definidas ou formas vagas, constituem menos fenômenos que cumpre explicar os dados fundamentais e imediatos da realidade social”. Tais fenômenos não se compreenderiam se a realidade humana fosse exclusivamente um *mitsein* baseado na solidariedade e na amizade. Esclarece-se, ao contrário, se, segundo Hegel, descobre-se na própria consciência uma hostilidade fundamental em relação a qualquer outra consciência; o sujeito só se põe em se opondo: ele pretende afirmar-se como essencial e fazer do outro o inessencial, o objeto. (BEAUVOIR, 1980, p. 11-12).

Além da ideia do “outro”, René Descartes também deixa sua contribuição para a construção do sujeito como universal e superior aos demais. Portanto, haveria uma justificativa na razão para toda violência dirigida aos “povos do novo mundo”, a separação

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

entre corpo, alma e cogito. Ao declarar “penso, logo existo”, Descartes coloca em questão qualquer outra realidade que não seja a sua própria. Da mesma forma ao deduzir que corpo e alma não são unos, abre possibilidades ao pensamento de que corpos forjados fora da cultura europeia, não teriam almas ratificando assim apenas o *sujeito em si*, propenso às violências, ou seja, o indígena seria beneficiado por receber a civilização europeia.

As pesquisas historiográficas atuais, possuem diversos documentos e relatos do processo de colonização das américas fundamentada no pensamento eurocêntrico que se sustenta na ideia de que são eles “os seres naturalmente pensantes”. Mesmo nesse contexto, existiram padres que discutiram e confrontaram suas instituições a respeito da violência física e se dedicaram a conhecer os nativos, no entanto, em sua maioria os religiosos se dedicaram à busca de melhores estratégias para introdução da cultura europeia junto aos gentios nas colônias, visando educá-los.

As consequências foram trágicas e devastadoras para os povos das Américas e africanos, apesar do contato desses povos com os europeus ocorrerem de forma diferente em determinados momentos, na colônia portuguesa que se tornou o Brasil, o tratamento inicial que lhes era direcionado teve função semelhante.

O alcoolismo, os estupros, os trabalhos forçados, o poder exercido sobre os corpos tiveram um efeito devastador e essa destruição das comunidades tem como fim, o desgaste dos vínculos que mantinham a identidade das pessoas. A comunidade, deixa de existir da forma que conhecem e a nova comunidade não deixa espaço para existirem por completo. Esses fatos levam ao apagamento de identidades concebendo sujeitos em um vazio de autorreconhecimento.

Os acontecimentos identificados na colonização das Américas pelos indígenas, foram percebidos por Stuart Hall (2003) nos povos caribenhos do século XX, também destruídos pela colonização, “sempre em busca de uma matriz cultural perdida”. Assim, afirma Boaventura de Sousa Santos, “Essas linhas dividem a sociedade em grupos opostos a partir de uma visão eurocentrista, em uma classificação entre Nós e os “Outros”. Nesse caso, os Outros seriam aqueles ainda vistos como povos primitivos, os que vivem em terras que foram “descobertas”.

2. RACIALIZAÇÃO COMO MECANISMO DE PODER

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Um dos principais teóricos a discutir e teorizar sobre poder foi Michel Foucault, filósofo francês que viveu durante o século XX. Influenciado pelo marxismo, teorias da psicanálise, pelos estudos de linguagem e literatura francesa, esse filósofo se tornou um dos pensadores mais influentes das ciências humanas.

Na obra *Vigiar e Punir* (1975), Foucault traz uma nova organização de pensamento acerca das relações de poder construídas até aquele momento. A complexidade do poder, vai além de sua forma negativa, punitiva, mas atravessa os sujeitos na sua positiva, ditada, moldando os corpos para melhor serem usados, afirma o autor. O poder passa a ser percebido como uma força que determina, que não deixa fazer, mas ao mesmo tempo, como uma força de criação: se o poder fosse somente repressivo, não haveria como explicar porque seus sujeitos não se rebelam Foucault (1975).

Para esse autor, o papel da ligação saber-poder é determinante. Não há como falar de poder sem explicar os discursos que o sustentam, do mesmo modo, não é possível falar de saber sem explicar as relações de poder que são movidas consequentemente pelos discursos. Saber e poder são nominalmente separados, mas são a mesma coisa na vida cotidiana Foucault (1975).

Assim, seguindo o pensamento de Foucault “todo dispositivo, era um dispositivo de poder que opera em determinado espaço e se apresenta pela conexão que se tece de uma multiplicidade de elementos, que pela relação de poder que entre eles se estabelece, sobre o dispositivo.

Através deste termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos. (FOUCAULT, 1979, p. 244).

O dispositivo permanece disponível a ser operacionalizado em diversas circunstâncias e momentos, se autorreproduzindo mediante necessidade estratégica, é necessário demarcar seus componentes heterogêneos, assim como:

“demarcar a natureza da relação que pode existir entre estes elementos heterogêneos. Sendo assim, tal discurso pode aparecer como programa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças deposição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Pensando nas questões étnico raciais e na construção desses saberes, a filósofa Sueli Carneiro (2005, p.38) diz que o:

“dispositivo oferece recursos teóricos capazes de apreender a heterogeneidade de práticas que o racismo e a discriminação racial engendram na sociedade brasileira, a natureza dessas práticas, a maneira como elas se articulam e se realimentam ou se realinham para cumprir um determinado objetivo estratégico, pois segundo Foucault (1979) o dispositivo, consiste em “estratégias de relações de força, sustentando tipos de saberes e sendo por eles sustentadas.”

Como resultado da assimilação do pensamento de Michel Foucault e de todo fundamento criado com a modernidade sobre os corpos não europeus, Achille Mbembe desenvolve sua tese de Necro-política articulada e pensada, também, a partir das elaborações teóricas de Giorgio Agambem.

Esses conceitos começaram a ganhar força com a reorganização dos estados nacionais na Europa no final do século XIX, o Estado a partir daquele momento se torna racionalizado e burocrático e recebe novamente a função de gerir a vida. Dessa vez, passa a gerir a saúde, a natalidade, mortalidade e sexualidade - o Biopoder que regulamenta a vida. Ou seja, governo e medicina se apropriam de uma racionalidade para gerir a vida (Mbembe, 2003).

Como consequência dessa trajetória, apontada por Mbembe (2003, p.), “o biopoder insere o racismo nos mecanismos de poder e controle, a população em geral compõe um corpo que precisa ser gerido, cuidado e protegido, sendo assim, é preciso eliminar seus inimigos”.

Esse pensamento se torna uma contradição pois, mesmo com violência impetrada aos ameríndios, o discurso de liberdade produzido para um Estado que pensa o sujeito com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



direitos e combate as grandes opressões das soberanias, também foi pensado e construído durante a fase das filosofias iluministas.

O Estado no século XX passa a definir o que é normal e anormal, disseminação de práticas higienistas, eliminação de corpos “degenerados - raça, constituição física e mental. A exemplo tivemos o nazismo e a esterilização compulsória de mulheres pretas e pobres no EUA no início dos anos de 1920. Políticas de guerra também são instituídas “a morte, potencializa a vida de outros, a saúde dos dignos” essa ideia é difundida e generalizada.

Segundo Giorgio Agambem (1942) um dispositivo é criado para esse mecanismo, que seria o Estado de exceção. Não existem direitos individuais, há uma suspensão de prerrogativas constitucionais “alguns sujeitos são desprovidos de direitos de cidadão”. Observa-se assim que a ameaça “dos inimigos” que justificou ditaduras, atualmente, está concentrada nas periferias que ameaçam o bem estar do “cidadão de bem”. Pessoas pretas e pobres são potencialmente perigosas, logo, a morte dessas pessoas significa a segurança do restante da população. Em diferenças teóricas, podemos dizer que Foucault pensou na gestão da vida, Achille Mbembe pensa na gestão da morte, e usa como exemplo o Estado de Israel constituído no território da Palestina nos anos de 1960.

A gestão da morte segundo Mbembe é concebida a partir da percepção de que existem corpos matáveis, considerados objetos dissidentes, ou seja, mesmo depois das ideias de liberdade, dos direitos do homem e do cidadão difundidos, os degenerados, se eliminados, foram eliminados em manutenção do bem da maioria.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. Referindo-se tanto a essa presença atemporal como ao caráter espectral do mundo da raça como um todo, Arendt localiza suas raízes na experiência demolidora da alteridade e sugere que a política da raça, em última análise, está relacionada com a política da morte. (MBEMBE, 2003, p. 128)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O elemento do racismo é crucial para entender o poder sobre esses corpos, que no caso, não são quaisquer corpos. O que diferencia Mbembe de Foucault é a percepção de que: “A experiência Biopolítica, se deu ainda nas colônias”.

Nesse sentido Grada Kilomba afirma com maestria, em sua obra Memórias da plantação: a violência utilizada na escravidão das colônias, que estas serviram de laboratório para a prática nazista, barbárie, começou na escravidão moderna.

CONCLUSÃO

Neste texto intentamos apresentar a construção dos mecanismos de poder, ratificados através da discriminação racial, buscando demonstrar como ela foi e ainda é necessária para a manutenção de hierarquias, atrelada há uma construção cultural e simbólica que deram fundamento as suas práticas.

Partimos do princípio que a organização da sociedade europeia ao impor seu pensamento como universal, cria um aparato teórico que justifica a violência. Corroborando com a autora Grada Kilomba, reafirmamos que a maior barbárie da história não foi o nazismo. Não se trata aqui de comparar tragédias, mas de reconhecer as especificidades de cada tempo e cada evento, assim como pensar nas suas influências atualmente, na sociedade em que nos organizamos.

A formação cultural que ainda replicamos é totalmente fundamentada em aspirações violentas contra povos específicos. Walter Benjamin afirmava que a história da nossa cultura, é uma cultura degenerada, portanto seria necessário escrever a “História a contrapelo”, o que se traduz, conforme o autor em “Escovar a história a contrapelo é recusar toda identificação com os heróis oficiais do V centenário, os conquistadores espanhóis, os poderosos europeus que levaram a religião, a cultura e a civilização aos índios “selvagens” (BENJAMIM, 1940).

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

BEAUVOIR, Simone. O Segundo Sexo – a experiência vivida; tradução de Sérgio Millet. 4 ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie**. São Paulo: Cultrix / USP, 1986. (Coleção Escritos Escolhidos).

CARNEIRO, Aparecida Sueli. A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser. Feusp, 2005. (Tese de doutorado).

Diamila Ribeiro. <https://blogdaboitempo.com.br/2016/04/07/categoria-do-outro-o-olhar-de-beauvoir-e-grada-kilomba-sobre-ser-mulher/>. < Acesso em:24/06/2023 as 14:00h>.

DUSSEL, Enrique. Ética da Libertação: na idade da globalização e da exclusão. Petrópolis: Vozes, 2000.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. O manifesto comunista. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65 p.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

GIACOA JUNIOR, Oswaldo. Quem Somos Nós: Michel Foucault. Disponível em <<<https://www.youtube.com/watch?v=5XcxVHo4ozc>>>. Acesso em 29 jul 2019.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
HALL, Stuart.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. Fenomenologia do Espírito. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1992. pt.1.

KILOMBA, GRADA. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018.

Natureza Humana. Justiça vs. Poder: o debate entre Chomsky e Foucault (1971).

PIZA, SUZE; Pansarelli, Daniel. Eurocentrismo e racismo ou em torno da periculosidade das teorias. Problemata: revista internacional de filosofia, v. 8, p. 271-287, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O LUGAR DA MULHER NEGRA NA SOCIEDADE BRASILEIRA COLONIZADA

Carla Cecília Serrão Silva

RESUMO

Abordagem sobre os efeitos dos marcadores sociais de classe, gênero e raça na vida de mulheres negras no Brasil, como definidores do lugar a que estão destinadas. São resgatados elementos históricos e teóricos que explicam como as mulheres negras são sentenciadas a viver em condições materiais profundamente precárias, expostas a situações de pobreza e exploração, tendo seus corpos desumanizados por ações e omissões que resultam de concepções conservadoras e racistas acerca da população negra.

Palavras-chave: Exclusão; Mulher negra; Racismo.

ABSTRACT

Approach to the effects of social markers of class, gender and race in the lives of black women in Brazil, as definers of the place to which they are destined. Historical and theoretical elements are rescued that explain how black women are sentenced to live in deeply precarious material conditions, exposed to situations of poverty and exploitation, having their bodies dehumanized by actions and omissions that result from conservative and racist conceptions about the black population.

Keywords: Exclusion; Black woman; Racism.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo busca contribuir com o desvelamento das questões que afetam o universo das mulheres negras, materializadas nas experiências excludentes e violentas, se configura a necessidade de dar visibilidades a tais questões e provocar o engajamento da sociedade em torno de uma causa tão urgente, que traz em si marcadores sociais de persistência e duração secular: o gênero, a raça e a classe. Esses marcadores se expressam cotidianamente na vida das mulheres negras pela

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



linguagem da pobreza, da exploração, da precarização nas relações de trabalho, da desumanização dos seus corpos, assim como na obrigação de sustentar uma natureza devotada ao cuidado.

Tem-se, nas afirmações antecedentes, uma das várias expressões que o racismo adquiriu neste Brasil. Um país alicerçado em violentas experiências de desumanização dos corpos racializados, implementadas pelos invasores europeus a partir de uma engenharia que se sustenta ainda hoje em razão da colonialidade que nos induz à compreensão da realidade por meio de uma estrutura material e subjetiva encharcada pelo poder de quem colonizou. Trata-se de um padrão que permeia todas as dimensões da vida – social, política, econômica etc. –, e alimenta as relações de poder, de saber, de exclusão e de exploração instituídas há mais de 500 anos.

No conjunto dos corpos constituídos pela identidade racial as populações negra e indígena ocupam lugar proeminente desde sempre nessas terras. Um lugar atravessado por concepções bastante limitadas acerca do que é o humano e, por isso mesmo, regulado por impressões profundamente conservadoras e segregadoras.

A mudança desse quadro requer, como condição precípua, o reconhecimento da desigualdade na qual os corpos racializados estão atados. Além da pobreza material, esses são diariamente submetidos a condições de vida que os inferiorizam definidas pela régua de quem explora, oprime e assujeita, tornando-os meros executores da vontade poderosa da classe dominante, à revelia dos seus próprios interesses sejam eles econômicos ou sociais, reforçados pelo que Fanon (2008, p.28) define como “[...] interiorização, ou melhor pela epidermização dessa inferioridade”.

Do exposto, é possível inferir que a revisão de posturas e mentalidades exige, por consequência, a revisão dos papéis, dos lugares e das identidades constituídas a partir de um paradigma hierárquico, moldado naquilo que Barros (2019, p.29) define como “autoficção da identidade europeia – uma autocontemplação de si mesmo que enclausura a potencialidade da diferença [...]” e transforma os demais em um bloco homogêneo de força de trabalho, sem gênero, sem raça, sem idade, sem humanidade.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em meio a um conjunto complexo de desafios para suplantar as desigualdades sociais, o sexismo, o racismo e outros sistemas de opressão, o Brasil tem a particularidade de se notabilizar por estatísticas reveladoras da cisão que define a nossa sociedade desigual, assim como define lugares e pessoas que irão ocupar tais lugares. Segundo Almeida (2019), trata-se de uma construção que, no contexto brasileiro, produz um imaginário social no qual corpos negros, por exemplo, tem um lugar próprio – trabalhos inferiorizados, favelas, prisões, violência, abusos, morte etc.

No conjunto dos corpos racializados, coube às mulheres negras a sustentação de toda a estrutura que ergueu o país em lugares de trabalho silencioso e subalterno, em condições de vida demarcadas pelo que Sueli Carneiro denomina de “matriarcado da miséria”. O trabalho doméstico feminino é um clássico exemplo da naturalização das desigualdades, nas quais as diferenças de raça e classe são parte da elaboração que funda o lugar de trabalho silencioso, subalterno e mal remunerado a ser ocupado por mulheres negras.

[...] constata-se que a conjugação do racismo com o sexismo produz sobre as mulheres negras uma espécie de asfixia social com desdobramentos negativos sobre todas as dimensões da vida, que se manifestam em sequelas emocionais com danos à saúde mental e rebaixamento da autoestima; uma expectativa de vida menor, em cinco anos, em relação à das mulheres brancas; em um menor índice de casamentos; e sobretudo no confinamento nas ocupações de menor prestígio e remuneração. (CARNEIRO, 2011, p.127-128)

Autoras contemporâneas, como Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2011), Fraçoise Vergès (2020), Patricia Hill Collins (2019), dentre outras que debatem o feminismo negro, a decolonização e as relações de gênero, convocam à superação das pautas do feminismo liberal restritas demais para encampar as desigualdades que se impõem para as mulheres não brancas, neste particular, as mulheres negras.

Não é novidade que as experiências das mulheres negras no mundo do trabalho, fossem elas escravizadas, libertas ou livres; brasileiras ou africanas, não ficaram restritas ao trabalho na casa grande. Tanto as lavouras de cana-de-açúcar quanto as plantações de café, contaram com a força dos braços negros femininos, sem qualquer exceção quando comparado às condições na quais era executado

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pelos homens negros. Segundo bell hooks, a fragilidade feminina tão largamente disseminada nunca foi experimentada pelas mulheres negras desde que a colonização se deu. A autora afirma que “o estereótipo da mulher negra como uma mulher “forte” está registrado nos escritos de várias ativistas brancas que, pelas lentes do colonialismo, enxergavam as mulheres negras como livres, por entenderem que o trabalho representava o pleno exercício da liberdade. Ocorre que para as mulheres negras, o trabalho nunca deixou de ser a principal atividade de suas vidas de forma compulsoriamente, em condições absurdamente desumanizantes.

Portanto, observa-se que o caminho da diferença sexual no âmbito da divisão sexual do trabalho contém elementos que não podem ser desprezados. A participação das mulheres negras na construção da sociedade brasileira é um marco com evidências cabais, no entanto, em razão da concepção de gênero instalada desde os primórdios da colonização, a dominação masculina se mantém – a branca acima de todas as demais.

Assim, os lugares subalternos foram destinados a pessoas que desde o contexto da produção colonial – em razão da singular formação econômica, política e jurídica –, não têm usufruído do direito a conhecer sua própria história e não têm ocupado outro lugar que não seja o da subalternização. Aqui cabe um suporte da interpretação de Spivak (2010, p.165) sobre os subalternos não terem direito à fala, nesse caso, “o sujeito subalterno feminino está ainda mais profundamente na obscuridade.[...] Não há valor algum atribuído à ‘mulher’ como um item respeitoso nas listas de prioridades globais.”

Essa obscuridade está presente, por exemplo, no trabalho doméstico feminino remunerado e se revela através dos dados de que esse trabalho, além de ser naturalmente atribuído ao universo feminino, é realizado majoritariamente na informalidade em 81% dos casos, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2021).

Essas mulheres, não por coincidência, moram em territórios com pouca ou

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



nenhuma cobertura do poder público e, portanto, estão vulneráveis a todas as consequências da ausência de serviços de saúde, de creche, de escolas, de condições sanitárias adequadas, de serviço de transporte coletivo, de segurança, de proteção social etc. O propósito deste texto é indicar elementos para reflexão acerca do lugar destinado à mulher negra na sociedade brasileira colonizada, visando contribuir para elaborações que problematizem a desigualdade de classe, gênero e raça como impositivos que encastelam os corpos femininos em lugares subalternizados, de assujeitamento e opressão.

2 O RACISMO MOLDOU O LUGAR DA MULHER NEGRA

A historiadora Lília Schwarcz (2019, p.27), assevera que o sistema de produção escravagista do Brasil mantido por mais de 300 anos inaugurou o que se tornaria uma herança colonial de racismo, discriminação e preconceito associada a uma profunda desigualdade social que, desde então, atravessa a economia, a política, o direito e outras relações sociais em terras brasileiras e “acabou se convertendo numa linguagem, com graves consequências. [...] entrando firme nos ‘costumes da terra’.” A histórica formação da sociedade brasileira tem raízes profundamente fincadas em bases conservadoras e patriarcais, que em seus conteúdos exprimem as razões primárias e, portanto, essenciais para a compreensão da tessitura social na qual se insere hoje a população pobre deste país.

Disso deriva a desigualdade que se enraizou na sociedade brasileira e se expressa de forma bastante diversa, tais como: a desigualdade econômica e de renda, a desigualdade de oportunidades, a desigualdade racial, a desigualdade regional, a desigualdade de gênero, a desigualdade de geração, e a desigualdade social, presente nos diferentes acessos à saúde, à educação, à moradia, ao transporte e ao lazer. (SCHWARCZ, 2019, p.126)

No conjunto das vítimas de desigualdade despontam as mulheres negras materializando as questões de classe, gênero e raça unificadas. No dizer de Lélia Gonzalez (2020, p.42), a particularidade brasileira consiste não apenas na

PROMOÇÃO



APOIO



discriminação da mulher negra. Existe o que ela define como um racismo cultural que naturaliza a o lugar social desvalorizado para essa mulher em razão das “[...] representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras [...]”. ” A autora traduz com grande propriedade a deterioração de quaisquer chances da população negra adentrar o mundo do trabalho que não seja na condição de massa marginal – mergulhada na fome e na pobreza –, em atividades desvalorizadas, como a prestação de serviços domésticos que coloca as mulheres “numa situação de sujeição, de dependência das famílias de classe média branca. A empregada doméstica tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da ‘inferioridade’, da subordinação.” (GONZALEZ, 2020, p.42)

No documento, “Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil” (2013) a pesquisadora Tatiana Dias (2013) discorre sobre as mulheres negras, a pobreza e a desigualdade de renda enfatizando que

As discriminações de raça e gênero produzem efeitos imbricados, ainda que diversos, promovendo experiências distintas na condição de classe e, no caso, na vivência da pobreza, a influenciar seus preditores e, conseqüentemente, suas estratégias de superação. Neste sentido, são as mulheres negras que vivenciam estas duas experiências, aquelas sempre identificadas como ocupantes permanentes da base da hierarquia social. (DIAS, 2013, p.109)

Se considerarmos as condições adversas que foram impostas pelas reformas neoliberais que promoveram cortes nas políticas públicas de caráter social por meio da emenda Constitucional nº 95/2016 e pelas últimas crises sanitárias provocadas pelos casos de dengue, zika, chikungunya e, mais recentemente, pela pandemia de covid-19, essas desigualdades ficaram ainda mais evidentes no país e as famílias pobres sofreram os maiores impactos em todas as situações¹. Em casos como esses

¹ De acordo com o Mapa da nova pobreza, o número de pessoas com renda domiciliar per capita até **497 reais mensais atingiu 62,9 milhões de brasileiros em 2021**, cerca de 29,6% da população total do país. O documento informa que a pobreza nunca esteve tão alta no Brasil quanto em 2021, desde o começo da série histórica em 2012, perfazendo uma década perdida. O ano de 2021 é ponto de

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

pobreza e assujeitamento caminham juntos, dado que as necessidades se tornam imperativas.

Judith Butler (2019, p.90) desenvolve análises sobre as teorias da sujeição e nessa tarefa recorre a Foucault para compreender de que maneira a “identidade” como elemento que se constitui por meio do discurso gesta e regula o ser humano assujeitado, ao mesmo tempo em que o aprisiona nessa identidade. Por isso, a autora afirma que

A sujeição, é, literalmente, a *feitura* de um sujeito, o princípio de regulação segundo o qual um sujeito é formulado ou produzido. Essa sujeição é um tipo de poder que não só unilateralmente *age sobre* determinado indivíduo como uma forma de dominação, mas também *ativa* ou forma o sujeito. (BUTTLER, 2019, p. 90)

Do exposto é possível depreender que no caso das mulheres as condições de existência ainda estão vinculadas a um formato que mantém a sujeição e o não reconhecimento de suas individualidades e, portanto, sustentam um sistema de poder no qual a legitimidade dessas mulheres, como seres sociais, deriva de uma condição involuntária de subordinação.

É patente que condições precárias de existência acarretam muitas e grandes dificuldades que irão reverberar em todas as dimensões da vida dessas mulheres – privada ou pública –, conforme é possível verificar nas situações de moradia, de trabalho e renda, de vulnerabilidade social.

A reprodução das condições às quais as mulheres eram expostas, como trabalhadoras escravizadas que atuavam no eito e na casa-grande, permitem entender as alternativas que sobram para outras mulheres negras nos dias atuais. Gonzalez (2020, p.53), descreve a rotina das mulheres negras trabalhando de sol a sol sob o peso da opressão intimidadora, como mucama lavava, passava, cozinhava, fiava, tecia, costurava, amamentava e cuidava das crianças brancas. A autora afirma que a mulher negra brasileira sofre tripla discriminação, gerada pela

máxima pobreza dessas séries anuais para uma variedade de coletas amostrais, conceitos de renda, indicadores e linhas de pobreza testados. (NERI, 2022, p.03)

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trivialidade do racismo e do sexismo, que lhe oprimem como a ninguém.

[...] ela se volta para a prestação de serviços domésticos junto às famílias das classes médias e alta da formação social brasileira. Enquanto empregada doméstica, ela sofre um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da subordinação e da 'inferioridade' que lhes seriam peculiares. Tudo isso acrescido pelo problema da dupla jornada que ela, mais do que ninguém, tem de enfrentar. Antes de ir para o trabalho, tem que buscar água bica comum da favela, preparar o mínimo de alimentação para os familiares, lavar, passar e distribuir as tarefas dos mais velhos com os cuidados dos mais novos (as meninas, de um modo geral, encarregam-se da casa e do cuidado dos irmãos mais novos). (GONZALEZ, 2020, p. 58)

Patricia Hill Collins (2019) define a opressão que as atinge como um mecanismo de vitimização dessas mulheres. A discriminação de gênero e raça as traveste de objetos desumanizados, máquinas vivas de trabalho, tratadas como parte da paisagem, desempenhando o papel de “mulas do mundo” no mercado de trabalho, um segmento profundamente explorado e oprimido com possibilidades de ascensão extremamente limitadas. Collins (2019, p.99) diz que “As mulheres plenamente humanas são menos facilmente exploradas”.

A autora reitera a sua definição citando a operária Corine Cannon, trabalhadora da indústria de fiação nos EUA, ao afirmar que “o seu trabalho define o que você é, e isso vale para brancos e negros [...]. Seu trabalho é a sua vida!”¹²⁰ (COLLINS, 2019, p.99). No dizer da autora, trata-se da construção de uma identidade que, no caso das mulheres negras, opera uma segregação criadora de espaços, funções, conhecimentos, sentimentos e existências próprios para as pessoas negras. Segundo as palavras da autora, para as mulheres negras foi produzida uma “guetização” no trabalho doméstico. “O resultado é que se viram em um curioso lugar social de *outsider interna* [*outsider within*]¹²¹, uma forma peculiar de marginalidade que originou uma perspectiva específica das mulheres negras em uma série de temas.” (COLLINS, 2019, p.45-46)

O privilégio branco de figurar como referência para o conceito de humanidade situa tudo mais que destoa de tal referência como anormal ou fora do

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

padrão. Collins(2019, p.137) diz que esse pensamento binário, classificador de pessoas, coisas e ideias, conforme as suas diferenças, cria um sistema que favorece a objetificação das pessoas negras e as coloca em oposição às pessoas brancas.

Uma oposição que estrutura e define o oposto como um outro a ser dominado e controlado, como quem se assujeita ao poder do seu oposto, perdendo sua humanidade, sua capacidade de ser mais do que a categorização permite.

No âmago dessa tradição, estão presentes as influências das questões de classe, de raça, de gênero, da divisão sexual do trabalho e da percepção desse corpos como improdutivos.

3 CONCLUSÃO

No conjunto das pessoas privadas de direitos, exploradas e assujeitadas as mulheres negras são afetadas por condições semelhantes às que afetavam suas antepassadas escravizadas. Elas são o retrato do que a desigualdade de classe, de gênero e de raça constitui como paradigma de organização da vida humana – ampla e naturalmente assimilado no país. Nesse contexto, o racismo e o sexismo são elementos constituintes da subjetividade que categoriza e exclui colaborando para a manutenção do quadro de variadas desigualdades.

Esse sistema de distinção por gênero, raça e classe age no imaginário coletivo, definindo inferiores e superiores, assim como os lugares e funções de cada pessoa ou grupo de pessoas. A superação desse complexo de relações hierarquizadas que sustentam a vida prática e alimentam nossas subjetividades é umdos maiores desafios para a erradicação do racismo e do sexismo.

A demanda histórica por condições dignas de vida para os corpos excluídos e assujeitados é suficiente para atestar a necessidade de revolucionar os padrões que conservam as contradições da sociedade do capital.

O desafio que se materializa é, exatamente, a subversão dos valores que sustentam a exclusão, a exploração e a dominação de corpos femininos negros. É necessário reconhecer que a humanidade não é um atributo exclusivo de alguns corpos em detrimento de outros. A sociedade é convocada à transgressão das

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

formas padronizadas de assimilar o mundo e as diferentes formas de vida rumo à desconstrução de identidades assujeitadas e de pensamentos e práticas que sustentam a exclusão de mulheres negras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de negro, lugar de branco?** Esboço de uma crítica à metafísica racial. 1.ed. São Paulo: Hedra, 2019.

BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**: teorias da sujeição. 1.ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

FANON, Franz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Org. Flavia rios, Marica Lima, 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NERI, Marcelo C. **Mapa da Nova Pobreza**. Rio de Janeiro, RJ – junho/2022 - FGV Social. (inclui anexo em separado com atlas de pobreza). Disponível em: <https://cps.fgv.br/MapaNovaPobreza> <https://cps.fgv.br/en/NewPovertyMap>. Acesso em: 05 de junho de 2023.

ONU NEWS. **Em dia internacional, OIT lança estratégia para trabalhadores domésticos**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/06/1816067>. Acesso em: 15.06.2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. (Coleção Babel).

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

RAÇA E GÊNERO NO CONTEXTO DE CRISES SANITÁRIAS

Ivana Márcia Moraes Braga

RESUMO

Este artigo tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o racismo ambiental, a sua manifestação na gestão de territórios e no processo saúde-doença. Analisa ainda a situação das mulheres no contexto de crises sanitárias e a construção de uma agenda por políticas públicas interseccionais.

Palavras-chave: Racismo ambiental 1; Mulheres negras 2. Interseccionalidade 3.

ABSTRACT

This article aims to present some reflections on environmental racism, its manifestation in the management of territories and in the health-disease process. It also analyzes the situation of women in the context of health crises and the construction of an agenda for intersectional public policies.

Keywords: Environmental racism 1. Black Women 2. intersectionality 3.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo realiza uma pesquisa bibliográfica a fim refletir como o racismo ambiental influencia no processo saúde-doença de grupos vulnerabilizados, especialmente mulheres negras, no contexto das recentes crises sanitárias que culminaram com a epidemia do vírus da zica e a pandemia de Covid-19. Situa-se também a construção de uma agenda de políticas públicas interseccionais.

Embora a pandemia de Covid-19 e a epidemia do vírus da zica tenham uma narrativa dominante de ameaças universais, os dados revelam que o racismo e a desigualdade de gênero no país são fatores que influenciaram no adoecimento e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



morte. A pesquisa EpiCovid19-BR2, a mais abrangente sobre a prevalência de infecção da Covid-19 realizada no Brasil, evidenciou que comparativamente a brancos, indígenas tinham cinco vezes mais risco de contrair a doença e negros o dobro de vezes. Já em relação a mortalidade, pessoas pretas e pardas morreram mais em todas as faixas etárias de zero a 69 anos, conforme a Síntese dos Indicadores Sociais (IBGE/2020), tendo como base o Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde.

Essa prevalência de infecção e morte não é ocasional. Em outra emergência sanitária, a epidemia do vírus da zica que perdurou de 2015 a 2017, oito de cada dez bebês nascidos com microcefalia e outras alterações cerebrais eram filhos de mulheres negras, de acordo com dados do Ministério da Saúde, obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação pela Folha de São Paulo.

A médica e pesquisadora Jurema Werneck em depoimento na CPI da Pandemia afirma que a população negra tem diferentes pré-condições, mas não se trata de genética, essencialmente, mas sim de pré-condições sociais, da exclusão social. O que corrobora para se afirmar que no processo saúde-doença “a mortalidade e a morbidade obedecem a um gradiente que atravessa as classes socioeconômicas, de modo que menores rendas ou status social estão associados a uma pior condição em termos de saúde” (EVANS; STODDART, 2003; SCHRAIBER; MENDES; GONÇALVES, 1996 apud BRASIL, 2012, p. 9).

Tanto Doenças Tropicais Negligenciadas³ como Dengue, Chikungunya, Leishmaniose, Hanseníase que foram normalizadas na realidade brasileira, ou em situações de excepcionalidade, a exemplo das crises sanitárias e catástrofes climáticas, a população mais vulnerabilizada é também vítima em potencial de

² Estudo de base populacional realizado em 133 cidades do país, em quatro fases entre março e agosto de 2020 a empresa responsável pela coleta foi o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). O estudo foi financiado pelo Ministério da Saúde do Brasil, Instituto Serrapilheira, Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), JBS S.A. Iniciativa Fazer Bem Faz Bem, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e Todos pela Saúde.

³ Aquelas que “não só prevalecem em condições de pobreza, mas também contribuem para a manutenção do quadro de desigualdade, já que representam forte entrave ao desenvolvimento dos países” (BRASIL, 2010).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



adoecimentos e morte. A condição de moradia, especialmente, é um indicador para mensurar desigualdade social em saúde e qualidade de vida (BARATA, 2009).

A partir da formação social do país é preciso explicitar o papel estrutural que o racismo exerce no processo saúde-doença. A ideologia do racismo trabalha com a hierarquização das raças e constitui um padrão de humanidade a partir de um ser branco, masculino e europeu.

[...] filosofia do homem universal, dos direitos universais e da razão universal mostrou-se fundamental para a vitória da civilização [...] que, no século seguinte, seria levada para outros lugares do mundo, para os primitivos, para aqueles que ainda não conheciam os benefícios da liberdade, da igualdade, do Estado de direito e do mercado (ALMEIDA, 2018, p.21).

De acordo com Oliveira (2013) "o racismo está no DNA do capitalismo brasileiro, formado com base na acumulação primitiva de riquezas obtida via escravismo colonial". Já Almeida (2018, p.36) pontua que "a perspectiva liberal tem se mostrado insuficiente para a compreensão do racismo enquanto prática social concreta que, para além dos aspectos morais e culturais, manifesta-se nos planos da economia e da política". Isto porque além de influenciar nas práticas individuais, o racismo se expressa nas instituições, nas políticas públicas, no acesso ou negação de direitos, nas relações de poder que geram privilégio e vantagens para um grupo étnico e fragilizam outro.

Em situações de crise se evidenciam também o patriarcado e a desigualdade de gênero que buscam disciplinar o comportamento das mulheres e as localizam, principalmente, no papel de cuidadoras, remuneradas ou não. No cruzamento, raça e gênero, as mulheres negras são colocadas em condição de subalternidade e subserviência.

No decorrer deste trabalho se pretende aprofundar o tema do racismo no processo saúde-doença a partir da compreensão sobre racismo ambiental. Em seguida, se abordará a situação das mulheres negras na formulação de uma agenda de políticas públicas interseccionais para enfrentar as condições de vulnerabilidade que levam ao adoecimento e morte da população negra.

PROMOÇÃO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2 O processo saúde-doença no contexto de racismo ambiental

Os determinantes sociais da saúde e as injustiças ambientais são fundamentais para repensar a naturalização das condições de moradia e precariedade de territórios ocupados majoritariamente por grupos étnicos subalternizados. Na década de 1970, o termo racismo ambiental foi utilizado para denominar o critério de escolhas de comunidades negras como locais preferenciais para o lançamento de lixo tóxico, nos Estados Unidos.

No cerne deste debate está o modelo de desenvolvimento, a escolha por um modo de vida que inflige uma política de morte para determinados territórios, no campo ou na cidade, a depender de quem os ocupe. Como explicita a clássica citação de Pacheco reproduzida por Mathias (2017, p. 31): “ninguém decide fazer um lixão em Ipanema ou Copacabana. A decisão de onde jogar o lixo está ligada à imagem que se tem da população em quem você joga lixo”. E completa:

“Por exemplo, por que uma indústria como a Aracruz Celulose vai [em 1967] para o Espírito Santo implantar o monocultivo de eucalipto exatamente em territórios indígenas e quilombolas e não nos territórios onde havia agricultores de descendência italiana com as suas fazendinhas? É porque a terra é pior? Não. Pelo contrário, seria a melhor terra. Mas esses empreendimentos se instalam exatamente onde se pode cutucar com vara curta e ter o mínimo de reação, senão nenhuma reação do poder público e da sociedade em geral”. (MATHIAS, 2017, p. 31).

Do primeiro evento a ser nomeado como racismo ambiental até este caso acima no estado do Espírito Santo podemos inferir da necessidade de participação ou omissão do Estado no processo de regulação do território para que comunidades sejam ocupadas, exploradas e deterioradas, de acordo com os interesses políticos e econômicos que estejam em jogo. Como parte da gestão do território, o Estado também define uso e ocupação dos espaços, estuda e aplica estratégias de desenvolvimento, aloca investimentos para determinadas regiões, considerando os moradores desses locais e seu lugar social destes.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Devido a esse protagonismo do Estado, o racismo ambiental se encontra no âmbito do racismo institucional, ou seja, “práticas administrativas, empresariais, de leis, normas ou de políticas públicas aparentemente neutras, porém dotadas de potencial discriminatório, pois geram efeitos desproporcionais e injustos em prejuízo de grupos identificáveis” (VARELLA, 2009, p.21).

Os adoecimentos e outros agravos que acometem a população negra, em geral, estão relacionados com a política de gestão do território, principalmente, a condições dos locais de moradia, saneamento básico e abastecimento de água. O protocolo de cuidados durante a epidemia do vírus da zica e a pandemia do Coronavírus, por exemplo, escancararam a impossibilidade de proteção de grande parte de grupo residentes em áreas urbanas e rurais desprovidas de infraestrutura básica.

À despeito dos direitos constitucionais, no contexto cotidiano ou na emergência de uma crise sanitária, se naturalizou a ausência de abastecimento regular de água. São rodízios, racionamento ou a falta de água, nem sempre potável, que levam regiões inteiras a armazenarem água da maneira que podem, mesmo que se tornem potenciais criadouros de mosquito *Aedes aegypti*; ou a minimizar orientação da lavagem adequada das mãos. Na análise de Carvalho (2017, p. 154) “o racismo ambiental, no caso brasileiro, pode ser entendido como um padrão recorrente das políticas públicas de saneamento básico na medida em que sistematicamente os mesmos grupos populacionais sofrem a falta de acesso a esses serviços”.

O que se observa é que as condições estruturais dessa população não são alteradas. No caso das arboviroses como dengue, zica e Chikungunya há mais de quatro décadas a principal estratégia é controle do vetor. Para influenciar um conjunto de políticas públicas mais articuladas e que aponte para um novo modelo de desenvolvimento, alguns movimentos sociais têm advogado pela pauta da promoção da saúde e justiça ambiental.

O conceito de promoção da saúde que assumimos implica incorporar a defesa dos direitos humanos fundamentais, a redução das desigualdades e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

o fortalecimento da democracia na defesa da vida e da saúde. Isso engloba, igualmente, o direito à terra, aos alimentos saudáveis, à democracia, à cultura e às tradições, em especial das populações atingidas e frequentemente vulnerabilizadas e discriminadas. (SILVA et al, 2022. p.36).

Para uma mudança mais efetiva é também necessário que as pessoas mais impactadas pelo racismo ambiental participem da definição de uma agenda interseccional de políticas públicas, rompendo com o silenciamento que se dá tanto pelo esvaziamento de sua condição de sujeitos políticos, a partir da articulação do racismo, colonialismo e patriarcado no contexto do capitalismo, quanto pelo extermínio como estratégia de controle social.

3 MULHERES NEGRAS POR UMA AGENDA INTERSECCIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS

As recentes crises sanitárias colocaram a mulher no centro das discussões. No caso da epidemia do vírus da zica, a confirmação da transmissão vertical – da mulher para o feto, no útero – intensificou a questão de gênero e políticas públicas. Nesse contexto, as mulheres sofreram vários processos de culpabilização, cerceamento de direitos sexuais e reprodutivos, a exclusiva responsabilização pelo trabalho doméstico e cuidados com a família, especialmente das crianças com deficiência, entre outras.

Além disso, a narrativa hegemônica na agenda política e midiática abordava a epidemia como um risco universal, mas pelas condições socioeconômicas as mulheres negras nordestinas tinham maior probabilidade de serem infectadas.

À medida que novos dados eram gerados, a vulnerabilidade das mulheres negras foi sendo ressaltada para o Estado, ainda que as organizações que atuavam nas periferias já denunciasses a situação. O governo de Pernambuco, epicentro dos casos, divulgou o perfil das mulheres atendidas com suspeita ou confirmação de contaminação: aproximadamente 80% viviam abaixo da linha da pobreza, mais da metade usuárias do CadÚnico do Governo Federal e 41% beneficiárias do Bolsa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Família. Dos bebês que tiveram diagnóstico positivo para síndrome congênita do vírus da zica 75% eram filhos de mulheres pretas e pardas.

Mas as políticas públicas formuladas se mostraram insuficientes para reduzir a vulnerabilidade das pessoas mais afetadas. Em um documento a Articulação de Mulheres Negras Brasileira - AMNB (2010) denuncia que os indicadores de políticas públicas demonstram que a não inclusão de questões específicas das mulheres dos diversos grupos étnicos e seus territórios acaba por focalizar ações e recursos em prol majoritariamente de mulheres brancas, dos grandes centros urbanos, contribuindo, assim para aumentar a desigualdade.

Como as bases culturais e políticas relacionadas à classe social, gênero e raça interferem nas decisões orçamentárias e no tipo de políticas (LESSER; KITRON, 2016), pensadoras e ativistas miram a interseccionalidade como possibilidade de abarcar a complexidade das políticas públicas. Para Bueno (2019) além de categoria teórica e prática, a interseccionalidade carrega uma perspectiva histórica de luta, que ao enegrecer o feminismo desloca o paradigma.

Se gênero, raça e outros marcadores sociais continuarem invisibilizados no desenho das políticas públicas, as estruturas de poder e silenciamento não irão se alterar, uma vez que estão naturalizadas (CRENSHAW, 2002). A interseccionalidade não pode ser vista como uma perspectiva exclusiva de um projeto feminista, quando sua interpretação é bem mais ampla, pois trata-se de justiça social e pode ser aplicada a vários contextos (Collins, 2016).

O processo de superar a formulação de uma política pública nos moldes “de cima para baixo” requer compreender a diversidade existente na sociedade e de territórios, considerar esses sujeitos subalternizados como sujeitos políticos e participes da transformação. Para tanto é necessário também se distanciar da teoria do Estado mínimo e alterar o padrão de investimento em políticas públicas que vem se estabelecendo ao longo dos anos e pode ser simbolizado pela Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu um novo regime fiscal e estabeleceu um teto para os gastos públicos na área social.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



4 CONCLUSÃO

Os impactos das crises sanitárias se desdobram em dimensões que se interacionam como questões sociais, ambientais, econômicas e outras, que são sentidos em diferentes partes do mundo, na área urbana e rural. Nesses diferentes contextos, a desigualdade ocasiona a prevalência de adoecimentos e outros agravos na população empobrecida. No Brasil, os estudos que se propõem a compreender esse fenômeno não podem desconsiderar as relações sociais estruturantes como racismo, machismo, patriarcado e colonialismo.

O racismo é uma tecnologia de poder que gera acúmulo material e simbólico, privilégios e vantagens, e por isso mesmo é mantido e atualizado na sociedade capitalista. A expressão do racismo institucional na forma de racismo ambiental está diretamente ligada a uma gestão de território que naturaliza a escassez e desumanização das pessoas que ocupam esses locais. A falta de infraestrutura e condições básicas para viver nas periferias urbanas e comunidades tradicionais deixa as populações desses locais mais vulneráveis às consequências das crises sanitárias e climáticas.

Uma das maneiras mais evidentes desse processo é o padrão de descaso com as condições de habitação, saneamento básico e abastecimento de água. Os altos de índices de adoecimento e as catástrofes que assolam essas áreas são naturalizadas. Em determinados contextos, outras nuances dessas desigualdades são reveladas, no processo saúde-doença, como durante a epidemia do vírus da zica e a pandemia de Covid-19, quando mulheres, em função do estereótipo de gênero e patriarcado, foram responsabilizadas, quase que exclusivamente, pelo trabalho doméstico, especialmente limpeza e higienização, cuidado de familiares, acesso aos serviços médicos e assistenciais, controle de natalidade entre outras tarefas.

Nesse cenário, a perspectiva interseccional é resgatada como alternativa ao modelo de formulação de políticas públicas de cima para baixo, no qual há pouco ou nenhum espaço para construção de uma agenda que observe os diferentes marcadores sociais.

PROMOÇÃO



APOIO



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).

BARATA, R. B. **Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. 120 p. (Coleção Temas em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Doenças negligenciadas:** estratégias do Ministério da Saúde. Rev. Saúde Pública, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Especialização em Saúde da Família. **Processo Saúde-doença.** Universidade Federal de São Paulo. Universidade Aberta do Sus. 2012.

BUENO, Winnie. **Repensando a Interseccionalidade.** 22 maio de 2019. Disponível em: < <https://medium.com/@winniebueno/repensando-a-interseccionalidade-3c8c84290ff1>>. Acesso em: 22 mai. 2019.

CARVALHO, Layla P. Vírus Zika e Direitos Reprodutivos entre as políticas transnacionais, as nacionais e as ações locais. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 3, n. 2., UFBA, 2017. p. 134-157.

COLLINS. Patricia H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**. v. 31, n. 1, Jan./Abr., 2016.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Centro de Comunicação e Expressão/ UFSC. Florianópolis, Santa Catarina, v.7, n.12, p.171-188, 2002.

IBGE: **Síntese dos Indicadores Sociais – 2020.** “Homens pretos e pardos morreram mais de Covid do que brancos em 2020”. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/32414-homens-pretos-e-pardos-morreram-mais-de-covid-do-que-brancos-em-2020>. Acesso em: 03 mai. 2023.

MAISONNAVE, Fabiano. **Oito em cada dez bebês com danos do zika nascem de mães negras.** Folha de S. Paulo, São Paulo, 12 Set 2016.

MATHIAS, MAÍRA. O racismo ambiental. In: **Revista Poli, saúde, educação e trabalho.** Ano IX, nº 50, mar./ abr. de 2017.

OLIVEIRA, D. Os dilemas da luta antirracista no brasil. **Revista Fórum**, n. 117, nov.,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



2013.

Senado Federal. **Relatório da CPI aponta que população negra foi mais atingida durante a pandemia.** Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/10/29/relatorio-da-cpi-aponta-que-populacao-negra-foi-mais-atingida-durante-a-pandemia>>. Acesso em 23 jun. 2023

Tania Cecilia Pacheco da; PORTO, Marcelo Firpo de Souza; LEROY, Jean Pierre. Injustiça ambiental e saúde no Brasil: **o Mapa de Conflitos**. Fiocruz/Editora Fiocruz, 2022.

VARELLA, S. **Discriminação racial indireta e ação afirmativa no emprego sob a perspectiva dos direitos coletivos**. 2009. 321 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

A MULHER NEGRA E O TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Pedro Igor Nascimento da Silva

RESUMO

O artigo apresenta como as relações de gênero, raça e classe estabelecidas na sociedade brasileira limitam o reconhecimento profissional das domésticas. Neste sentido, a partir de uma revisão bibliográfica, apresenta-se as determinações sócio-históricas do trabalho doméstico no Brasil e como elas impactam a categoria, bem como os dados sobre o setor que demonstram o assujeitamento preferencial de mulheres negras e pobres. Deste levantamento, extraiu-se que as determinantes de gênero, raça e classe influenciam diretamente no tratamento dispensado às domésticas por quem as emprega e pela sociedade, carecendo a categoria de políticas públicas que amenizem essa realidade.

Palavras-chave: Trabalho Doméstico. Gênero. Raça.

ABSTRACT

The article presents how gender, race and class relations established in Brazilian society limit the professional recognition of housemaids. In this sense, based on a bibliographic review, the socio-historical determinations of domestic work in Brazil are presented and how they impact the category, as well as data on the sector that demonstrate the preferential subjection of black and poor women. From this survey, it was extracted that the determinants of gender, race and class directly influence the treatment given to maids by those who employ them and by society, lacking the category of public policies that alleviate this reality.

Keywords: Housework. Gender. Race.

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos séculos, o trabalho doméstico sempre foi subjugado pelos que faziam uso desse serviço e pela sociedade por ser uma atividade considerada indigna da condição humana. No Brasil, sempre foi lugar comum a delegação do trabalho doméstico às mulheres, especialmente às mulheres negras, demonstrando a inegável herança escravista e patriarcal, além do viés sectário e perpetuador de desigualdades que permeia o objeto deste estudo. Em que pese, com o passar dos anos, esta realidade tenha sido modificada aos poucos com pequenos e pontuais avanços que

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



possibilitaram melhores condições de trabalho para a categoria das domésticas, é inequívoco que nos encontramos muito aquém do ideal.

Para compreender esta complexa realidade, é indispensável ter a real noção das determinações que até aqui geraram os resultados na vida prática dessas trabalhadoras, sob pena de se fechar os olhos para a gênese da situação e seus reflexos. É, portanto, condição *sine qua non*, revisitar o passado confrontando-o com o presente para compreender as transformações sociais que impuseram às domésticas toda a carga histórica de preconceitos e violências que são submetidas.

Assim, neste trabalho, pretende-se configurar o contexto histórico que envolve a categoria das trabalhadoras domésticas a partir das determinantes raça, classe e gênero. Para alcançar este objetivo, a pesquisa se deu a partir do método materialismo histórico dialético, considerando o trabalho doméstico como uma totalidade compreendida a partir de suas contradições e mediações. Deste modo, foi realizada uma revisão bibliográfica lastreada em livros e trabalhos científicos sobre o tema, bem como pesquisa documental em matérias jornalísticas, estudos de órgãos oficiais e outros documentos públicos.

Para efeitos de exposição, o resultado da pesquisa encontra-se organizado em dois capítulos. No primeiro, abordam-se as determinações socio-históricas do trabalho doméstico no Brasil, recuperando fatos que explicam as condições com que as trabalhadoras domésticas são tratadas na atualidade, exercitando a dialeticidade proposta como método para esta pesquisa. No segundo capítulo, por sua vez, e são apresentados dados sobre o trabalho doméstico que demonstram que o perfil dessas trabalhadoras é, majoritariamente, composto por mulheres negras em decorrência das determinantes sociais a que a atividade está relacionada.

Por fim, em termos conclusivos, aponta-se que as determinantes de gênero, raça e classe que caracterizam o trabalho doméstico influenciam diretamente no tratamento dispensado às domésticas por quem as emprega e pela sociedade. O que se demonstra, ao fim e ao cabo, é a necessidade de formulação de políticas públicas

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



capazes de amenizar os impactos dessas determinantes no reconhecimento profissional da categoria.

2 A INFLUÊNCIA DA ESCRAVIDÃO NO TRABALHO DOMÉSTICO NA ATUALIDADE

É fato incontestável que as trabalhadoras domésticas sempre foram vistas como um segmento da classe trabalhadora à parte de todos os demais. Contudo, antes de adentrarmos no trabalho doméstico no Brasil, é preciso retrocedermos um pouco na história para compreender como ele se deu em outras partes do mundo, bem como isto influenciou a realidade brasileira, guardadas as devidas diferenças.

Na Roma Antiga, o trabalho doméstico ficava a cargo dos servos ou escravos – a depender da época –, eis que esta atividade era considerada indigna e, portanto, não deveria ser praticada pelos ditos “homens livres”. A configuração deste tipo de trabalho permaneceu basicamente a mesma no sistema feudal, ocasião em que havia dois tipos de escravizados: os rurais que trabalhavam na lavoura e os urbanos – que hoje podemos identificá-los como as domésticas da época – que trabalhavam na casa dos senhores feudais. A estes últimos, além de serviços domésticos, ainda lhes restavam os “serviços” sexuais, denotando claramente a violência e abusividade presentes na relação entre o senhor feudal e suas servas.

Nota-se então que àquela altura o caráter gênero já era um fator estigmatizante. Ser mulher nessa quadra histórica, em qualquer condição social que fosse, era uma condenação à execução de tarefas domésticas e cuidados com a família, sendo tolhidos seus direitos de escolha do futuro que melhor lhe convinha.

Com a chamada divisão sexual do trabalho, presente desde o surgimento das primeiras sociedades e seguindo tal desagregação, a mulher sempre esteve predeterminada ao trabalho doméstico e o homem ao trabalho externo. Isto significa que o trabalho doméstico está atrelado ao trabalho feminino, pois desde o período paleolítico cabiam às mulheres os trabalhos internos, ou seja, cuidar dos filhos, com a descoberta do fogo preparar a comida, a colheita dos vegetais (AZEVEDO, 2001, p. 26).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

É importante destacar, contudo, que, a depender da cultura, nem sempre as mulheres tinham suas atividades adstritas ao trabalho doméstico. A priori, esta parece ser uma visão bastante ocidental e do hemisfério setentrional, pois, segundo Fonseca (2019, não paginado),

As culturas do 'Norte' indo-europeias negaram os direitos das mulheres e as subjugaram sob as instituições privadas da família patriarcal. O patriarcado do norte mantinha as mulheres sob domínio, confinando-as ao lar e negando participação pública e no poder. Neste sistema, o marido ou pai tinha o direito à vida e a morte da mulher; o casamento compunha o controle patriarcal, caracterizado pelo dote. Em contraste, a cultura matriarcal do Sul, caracterizada pelo sistema agrícola e pelo sistema funerário, as mulheres vinham na frente dos maridos. Elas eram as senhoras da casa e as guardiãs da comida. As mulheres eram agricultoras, os homens caçadores.

Por esta razão, Beauvoir (1980) entende que o papel da mulher reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade em cada época. Segundo a autora, no Egito Antigo, por exemplo, a mulher participava do governo da tribo e até o exercia sozinha, indicando que algumas sociedades guardavam uma compreensão distinta sobre o papel da mulher. Entretanto, como se verá ao longo deste estudo, resguardadas as devidas contingências de cada época, a divisão sexual do trabalho impôs a muitas mulheres a condição quase exclusiva de dona de casa vivendo em função das atividades domésticas e da família ou tendo que lidar com duplas - às vezes triplas - jornadas de trabalho combinando, como possível, as tarefas da casa com sua vida profissional para além dos muros de onde residem.

Seguindo o curso da História, com a mudança do sistema feudal para o sistema mercantilista, historiadores afirmam que houve sensível melhora nas condições das trabalhadoras domésticas. Isto porque, surgia então uma nova concepção sobre o trabalho que afastava a escravidão e o colocava como instrumento de desenvolvimento da sociedade, dando centralidade à essa temática que futuramente viria a ser apropriada pelo capitalismo.

O fim do século XVIII, por sua vez, trouxe consigo a Revolução Industrial, a ascensão e consolidação da burguesia como classe social hegemônica. Nessa

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



conjuntura, houve a inserção das mulheres no mercado de trabalho, possibilitando que deixassem de cuidar exclusivamente das atividades domésticas e passassem a disputar postos de trabalho nas indústrias com os homens.

No Brasil, contudo, a história se deu de modo bem diferente. Fruto do imperialismo português, a escravidão se expandiu sob o argumento de que era necessária para suprir a escassez de força de trabalho que afligia o trabalho no campo e na mineração, sendo utilizada ainda para a realização de trabalhos domésticos nas residências da época.

A empregada doméstica existe desde que o trabalho escravo veio para o país e a ideia de moradia surge na organização social do novo mundo, designando mulheres negras, índias e pobres para limpar e cuidar das casas dos mais abastados em nossa sociedade (JIMENEZ, 2018, p. 33).

Seja em um primeiro momento com a tentativa de exploração da população indígena nada adaptada à lógica de trabalho que os invasores impuseram, seja com a escravidão de africanos trazidos ao Brasil para sustentar o modelo de usurpação de riquezas implantado, o trabalho doméstico já deixava suas marcas. Ao contrário da Europa, no Brasil essa atividade já nasceu com público-alvo específico: a população negra escravizada, pois, na visão dos portugueses, o escravizado africano era “predestinado a serviços subalternos, considerados inadequados a um cidadão livre, trabalhos esses, como cuidar do gado, lavoura, construções e serviços domésticos” (FERREIRA, 2015, não paginado).

Não raro, as mulheres que trabalhavam na casa dos senhores de engenho eram vistas como detentoras de melhores condições de trabalho por estarem próximas das famílias que detinham sua “propriedade”. A essas mulheres, cabia a realização das atividades domésticas, mas também a tarefa de cuidar dos filhos dos patrões, amamentá-los e até mesmo fazer companhia para as moças já próximas da idade de casar. Essa rotina de trabalho diretamente vinculada à família dos seus senhores lhes garantia alguns “privilégios” como o de não estarem sujeitas ao trabalho degradante das lavouras, mas trazia consigo outros tipos de exploração.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Freyre (2006) aponta de modo bastante romantizado que havia uma doçura nas relações entre senhores e pessoas escravizadas dedicadas aos afazeres domésticos, sendo a casa-grande um palco para serviço mais íntimo e delicado, mas, na realidade, a condição dessas mulheres era bem distinta, com destaque para a exploração sexual que vivenciavam. É importante, contudo, destacar uma marcante diferença entre as mulheres escravizadas que cuidavam das tarefas domésticas nas fazendas das que trabalhavam nas casas das cidades. No espaço urbano, o trabalho doméstico ganhava outros contornos. Ali, mulheres negras livres em decorrência da Lei do Ventre Livre, por terem comprado sua alforria ou raramente libertas por seus senhores se destacavam no trabalho doméstico, mas agora na condição de trabalhadoras autônomas que vendiam seus serviços.

Nas cidades, o trabalho doméstico, ainda que com todas as suas dores, surgia como uma alternativa mais segura e com melhores perspectivas de emprego para as mulheres da época. Este cenário se tornou ainda mais acachapante quando da abolição da escravatura. Apesar de realizada a partir de fortes pressões sociais, o que se deu à época foi um verdadeiro abandono dos ex-escravizados à própria sorte, diante da absoluta ausência de políticas do Estado para garantir minimamente condições de vida digna e de trabalho a todo esse contingente populacional desamparado que buscava sobreviver sem a dependência daqueles antes eram seus senhores.

Para atender ao então mercado de trabalho formal, ao invés de qualificar a força de trabalho negra existente, o Estado brasileiro, seguindo ideário racista da burguesia, optou pela atração de pessoas europeias, através de uma política de imigração que tinha como estratégia atrair uma força de trabalho supostamente mais qualificada e adaptada ao trabalho assalariado. Essa ação estatal acabou por desenhar a exclusão, a desigualdade e a pobreza que se reproduzem no país até os dias atuais (THEODORO, 2008).

A população negra foi criminosamente excluída do mercado de trabalho quando mais precisava de oportunidades, sendo relegada às tarefas mais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



rudimentares, braçais, mal remuneradas e desprestigiadas dentre as profissões existentes à época, diante da ampla oferta de força de trabalho existente. Para mulheres negras, o cenário era um pouco “menos desolador”, pois havia a possibilidade do trabalho doméstico que não era de interesse dos imigrantes, constituindo-se como meio de subsistência para toda a família.

O que se viu após a abolição no mercado de trabalho doméstico foi uma explosão de força de trabalho disponível, sem o correspondente aumento da oferta de emprego. Neste contexto, as domésticas que estavam empregadas, mais do que antes, aceitavam se sujeitar às humilhações impostas pelos patrões, pois consideravam essa uma alternativa melhor do que o desemprego ou mesmo a realização de atividades comerciais na rua. Nota-se aqui uma completa simetria com a realidade atual, onde muitas trabalhadoras domésticas permanecem na profissão em razão da falta de oportunidade em outros ramos, fator diretamente ligado, em muito, à baixa escolaridade que possuem. Passado mais de um século da abolição, a situação dessas trabalhadoras pouco mudou, constituindo-se como integrantes de uma atividade de mínima valorização.

Durante décadas esse modelo seguiu sendo replicado, explicando, em alguns aspectos, o porquê de diversas gerações de mulheres negras terem como profissão o trabalho doméstico. Ao refletir sobre esse tema, a trabalhadora doméstica Creuza Oliveira (2019, não paginado), Secretária Geral da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, aponta que “a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, mas não assinou nossa carteira, não nos deu moradia e não nos deu educação”, denotando justamente a situação de abandono que restou a esse enorme contingente populacional, mesmo após tamanha exploração sofrida, o que, em muito, acabou por ditar os rumos das gerações futuras.

Dito isto, para perceber a complexidade em que está envolto o trabalho doméstico e compreendê-lo um pouco mais a fundo, é preciso, antes de tudo, conhecer quem são as trabalhadoras domésticas na atualidade, o que se fará no tópico a seguir.

PROMOÇÃO



APOIO



3 O ASSUJEITAMENTO DA MULHER NEGRA NO TRABALHO DOMÉSTICO

No mundo, segundo o último levantamento realizado pela Organização Internacional do Trabalho (2013), estimava-se - em uma contagem conservadora diante dos dados poucos confiáveis de muitos países - a existência de 52,6 milhões de pessoas trabalhadoras domésticas, contingente que representava naquela altura mais que todos os trabalhadores empregados em países como Vietnã, México ou Nigéria, denotando a relevância do trabalho doméstico, mesmo não recebendo o devido reconhecimento.

Deste universo, mais de 80% eram mulheres, indicando a sua imensa superioridade numérica no exercício dessa atividade, ratificando agora estatisticamente que o trabalho doméstico tem no gênero feminino uma “predileção”. E isto não deveria ser surpresa. Como evidenciado anteriormente, desde a constituição da sociedade, esse nicho de atividades teve como âncora o trabalho feminino. Surpreende, entretanto, segundo este mesmo estudo, que, do total de domésticas no mundo, apenas 10% possuem os mesmos direitos dos demais trabalhadores, sendo outras 29,9% completamente excluídas das legislações trabalhistas de seus países.

No Brasil, segundo dados do IBGE (2021), há 5,7 milhões de pessoas exercendo o trabalho doméstico, sendo 92% mulheres, destacando muito claramente o recorte de gênero desse trabalho que está presente mais que em qualquer outro lugar do mundo. Por sua vez, uma pesquisa do IPEA (2019) indicou que 14,8% das mulheres brasileiras estão ocupadas no trabalho doméstico, sendo que no Nordeste esse percentual sobe para 15,6% e no Sul cai para 11,9%, evidenciando também a notória desigualdade de oportunidades quando se trata das diversas regiões do país. Nascer mulher e nordestina, portanto, aumenta significativamente a probabilidade de uma jovem ingressar no mercado de trabalho doméstico. E fica ainda pior. Fatores como este levaram Melo e Castilho (2000) a identificar uma inviabilização social deste

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

trabalho, executado em sua maioria por mulheres e meninas negras e pobres que constituem uma das categorias mais desfavorecidas do país.

Reconhecer esse aspecto é de suma importância quando se sabe que 65% das domésticas no Brasil são mulheres negras que recebem 20% menos que as não negras (IBGE, 2021) e que 18,6% de todas as mulheres negras empregadas são domésticas, frente a 10% de mulheres não-negras (IPEA, 2019). Estes indicadores reforçam a percepção de como estas mulheres negras continuam sendo assujeitadas e ocupando as piores posições na sociedade, em similitude com suas antepassadas escravizadas. Se é que é possível falarmos em fim da escravidão no que se refere ao trabalho doméstico. De maneira institucionalizada, sim, mas a escravidão ainda tem forte presença no setor.

Nos últimos anos, inúmeros foram os casos de denúncias envolvendo mulheres, quase sempre negras, que anos a fio foram mantidas em condições análogas à escravidão. Segundo dados do Ministério do Trabalho e Previdência (BRASIL, 2022), entre 2017 e 2021 houve um acréscimo de 1550% no número de pessoas resgatadas em trabalho doméstico análogo à escravidão. Em números absolutos, isso representa um salto de 2 para 31 resgates, o que certamente não compreende a totalidade das mulheres que vivem nessa situação.

Em 2022, na Bahia, veio à tona o caso da doméstica Madalena Santiago que retrata muito bem esta realidade. Mulher negra, durante 50 dos seus 60 anos de vida, Madalena trabalhou para uma família na cidade de Lauro de Freitas sem receber salário, sendo maltratada e roubada pelos patrões mediante empréstimos realizados em seu nome, conforme relata matéria do portal G1 Bahia. Em um trecho da entrevista que concedeu, Santiago (2022) relata uma das situações de abuso pela qual passou com a sua patroa:

Eu estava sentada na sala, ela passou assim com uma bacia com água e disse que ia jogar na minha cara. Aí eu disse: 'Você pode jogar, mas não vai ficar por isso. Aí ela disse: 'Sua negra desgraçada, vai embora agora'. Era um sábado, 21h, chovendo e eu não sabia para onde ir.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Em outro momento, chorando, Madalena transparece como isso afetou sua identidade ao dar as mãos para a repórter e dizer: “Eu fico com receio de pegar na sua mão branca. Porque eu vejo a sua mão branca, pego a minha, boto em cima da sua e eu acho feio isso. Tem sim diferença. Olha a cor! Olha pra sua e olhe pra minha”. Este relato retrata como o passado da escravidão se apresenta nos dias atuais. Madalena trabalhou desde os 10 anos para a mesma família, vivendo a maior parte do período de sua formação como ser humano já na condição de trabalhadora doméstica. Por certo, diante da sua fala e comportamento, os estímulos que recebeu desses patrões sempre foram negativos, a ponto de construírem na sua consciência a imagem de que a pessoa negra é feia, sinônimo de coisas ruins e que o seu lugar é servindo pessoas brancas.

A desconstrução da imagem e identidade da trabalhadora doméstica é uma marca - a bem dizer, estratégia - presente na sociedade. No imaginário popular de muitos, ainda paira o estereótipo da doméstica como uma verdadeira serva, sempre a postos para atender os pedidos dos patrões, seja qual for a hora. E como herança da escravidão, muitas domésticas ainda se veem nesse lugar de subalternidade, evitando confrontos com seus empregadores para manter seu emprego, mesmo que isso lhe custe a saúde mental e física.

Muito provavelmente essas trabalhadoras tenham como paradigma outras mulheres que exerceram o trabalho doméstico na mesma condição e assimilem essa realidade como imutável. Trata-se, a bem da verdade, de gerações e gerações de mulheres - algumas da mesma família - que, por falta de oportunidade ou desígnios da vida, tiveram como única profissão o trabalho doméstico.

O que se vê no Brasil é, portanto, uma espécie de herança compulsória que aumenta significativamente a probabilidade da filha de uma empregada doméstica escolher, ou ser conduzida, a mesma profissão da mãe. Salvo com muita determinação e oportunidades - que ainda assim podem não ser suficientes -, mudar esse “destino” parece ser uma missão quase impossível.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Esta lógica explica porque famílias, especialmente no Nordeste, optam por entregar suas filhas para terceiros que moram nas capitais e grandes cidades na esperança de que elas possam ter acesso a melhores condições de vida. As conhecidas “tias e madrinhas” levam as “sobrinhas e afilhadas” com a promessa de lhe proporcionarem uma educação melhor, mas, como se sabe, a realidade para a grande maioria é bem diferente.

Retiradas do convívio de suas famílias com promessa de prosperidade, ao chegarem nos novos lares, as meninas costumam se deparar com um cenário distinto em que são obrigadas a cuidar dos afazeres domésticos sem remuneração alguma, tarefas que muitas vezes nem mesmo são executadas pelos filhos da “madrinha”. Entretanto, como esperar que uma criança explorada possa projetar um futuro diferente para si? Como cobrar dela determinação e foco para investir na educação e transformar a sua realidade? É um engano pensar que isso dependerá exclusivamente da sua força de vontade!

Essa conjuntura precisar também ser compreendido do ponto de vista de uma mulher hoje adulta. É natural que suas filhas, salvo estímulos outros que tenham recebido, vejam seu futuro similar ao da sua mãe, também ligado ao trabalho doméstico. Assim, pelo menos duas gerações da mesma família já estarão no mesmo ramo de atividades, passando muitas vezes pelas mesmas dificuldades e humilhações.

Essa repetição se verifica também quando analisados os dados do trabalho infantil doméstico. O FNPETI (2022), esmiuçando os dados divulgados pelo IBGE por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2019, aponta que 85% das crianças exploradas eram meninas e que entre “70% e 75% do total das e dos envolvidos no exercício de trabalho infantil doméstico eram crianças e adolescentes negras” (FNPETI, 2022, p. 10), evidenciado mais uma vez a predominância do gênero feminino e do que Almeida (2019, p. 15) entende como racismo estrutural:

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico ou que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea.

Reproduzindo padrões sociais, meninas negras são inseridas no trabalho doméstico, seja ele remunerado ou não, reforçando comportamentos racistas com o objetivo de impor a essa juventude a permanência no lugar de quem serve a classe dominante. A ausência de políticas públicas efetivas para mudar essa realidade e a retrógrada mentalidade de uma parcela da sociedade que segue replicando preconceitos que criam empecilhos quase intransponíveis para milhares de crianças que iniciam sua vida laboral muito cedo e perdem - ou nem mesmo desenvolvem - a capacidade de sonhar, acreditando que aquela é sua realidade posta e imutável.

Ademais, como visto, essa prática também decorre da posição desprestigiada que o trabalho doméstico ocupa na lógica do capital, já que, em uma análise superficial, não seria possível obter lucro a partir da sua exploração, o que não corresponde à realidade. O trabalho doméstico adulto - e até mesmo o infantil - é utilizado como um importante elemento de sustentação do capitalismo, garantindo condições para uma maior exploração dos demais homens e mulheres trabalhadores que dispõem de mais horas livres para vender sua força de trabalho, eis que estão desobrigados de assumir as tarefas domésticas que ficam por conta de terceiros.

Isto posto, é inegável que todo este contexto do trabalho doméstico, como aqui evidenciado, tem direta ligação com as determinações socio-históricas, especialmente, com a escravidão e com o que se deu após a abolição, de forma que a categoria ainda precisa lidar com uma cultura que desvaloriza o trabalho doméstico e as trabalhadoras, fazendo com que os valores da escravidão continuem muito presentes na sociedade brasileira. Deste modo, resta evidente que se faz necessária a elaboração de políticas públicas que amenizem essa desigualdade social, o que só ocorrerá mediante a uma maior articulação da categoria que ainda hoje é desvalorizada por parte da sociedade.

PROMOÇÃO



APOIO



4 CONCLUSÃO

Diferentemente dos países considerados desenvolvidos, no Brasil, o trabalho doméstico continua a ser uma das poucas alternativas de sustento de milhões de mulheres negras e pobres que, em razão da histórica falta de atenção estatal e do racismo estrutural, tiveram oportunidades restritas para mudar suas realidades a partir do estudo e de empregos em outros ramos. É este “caráter de necessidade” que as coloca em situação de subalternidade em relação aos seus empregadores, levando-as a ter que suportar os mais diversos abusos a fim de garantir suas fontes de renda.

Desde os primórdios da formação da sociedade brasileira, as trabalhadoras domésticas tiveram os seus direitos negados e, ainda hoje, em menor grau, sofrem preconceito, mesmo dedicando suas vidas a cuidar das residências e dos filhos de terceiros. Vítimas de violência cotidiana em seus locais de trabalho, as domésticas foram – e ainda são – vilipendiadas sob a perspectiva dos que consideram a sua atividade simplória demais e não merecedora de valorização. A prática de toda sorte de discriminação sobre esta categoria nos indica que a sociedade pouco avançou no que concerne ao respeito aos direitos humanos e às condições dignas de trabalho a todos.

Como demonstrado, o aspecto social também se destaca ao passo que determinantes como raça, gênero e classe influenciam diretamente no tratamento dispensado às domésticas por parte dos empregadores e pela sociedade. O fato da categoria ser composta, majoritariamente, por mulheres negras e pobres traz uma série de implicações que expressam a cultura escravista, patriarcal e elitista de muitos patrões que ainda enxergam essas trabalhadoras como sujeitas detentoras de pouco ou nenhum direito, praticando contra elas toda sorte de discriminação. Para eles, é como se a mulher negra e pobre só tivesse lugar em atividades de menor remuneração e intensa exploração, como no trabalho doméstico, revivendo sempre o mesmo destino dos seus antepassados escravizados.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Assim, carece à categoria avançar nos processos organizativos, no sentido de disseminar a compreensão de que as complexas relações de trabalho doméstico possuem estreita relação com a forma como as questões de raça, gênero e classe se expressam na sociedade capitalista brasileira. Por fim, há que se intensificar a exigência do desenvolvimento de políticas públicas eficazes que possam reduzir as brutais desigualdades de oportunidade e de tratamento dados às domésticas, buscando superar limites próprios da ação do Estado enquanto garantidor da exploração da força de trabalho para a extração da mais-valia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luis de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

AZEVEDO, L. C. **Estudo histórico sobre a condição jurídica da mulher no direito luso-brasileiro desde os anos mil até o terceiro milênio**. São Paulo: Editora dos Tribunais, 2001.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo: fatos e mitos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BRASIL. **Painel de informações e estatísticas da inspeção do trabalho no Brasil**. Ministério do Trabalho e Previdência, 2022. Disponível em <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em: 28 jan. 2023.

FONSECA, Mariana Bracks. **História da África pré-colonial: poder feminino e matriarcado na África pré-colonial**. Revista África e Africanidades. Ano XII, n. 32, nov. 2019. Disponível em: <http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/0530112019.pdf> Acesso em: 2 jun. 2023;

JIMENEZ, Maria Luisa. **Domésticas: cotidianos na comensalidade**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

FERREIRA, C.M.C. **Histórico do emprego doméstico e correlação com a escravidão e trabalho feminino**. Brasília: Conteúdo Jurídico, 2015. Disponível em: <https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/36336/historico-do-emprego-domestico-e-correlacao-com-a-escravidao-e-trabalho-feminino>. Acesso em: 27 jan. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

FNPETI. Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil. **O trabalho infantil doméstico no Brasil: análises estatísticas**. Brasília, 2022.

Disponível em:

https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/O_trabalho_infantil_dom%C3%A9stico_no_Brasil_-_an%C3%A1lises_e_estatisticas.pdf. Acesso em: 22 jan. 2023.

FREYRE. G. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua** (Pnad Contínua) - dados do 4º trimestre de 2019 e de 2021. DIEESE, 2021. Disponível em:

<https://www.dieese.org.br/infografico/2022/trabalhoDomestico.html>. Acesso em: 9 abr. 2023.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua quarto trimestre de 2019**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/2421/pnact_2019_4tri.pdf
Acesso em: 28 jan. 2023

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. T. **Trabalhadoras domésticas: o eterno lugar feminino. uma análise dos grupos ocupacionais. estratégias para combater o trabalho infantil no serviço doméstico**. OIT; IPEA, 2000.

OLIVEIRA, Creuza. **A luta pelos direitos das domésticas**. Entrevista concedida ao Canal Preto, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IBtofXoRsl>. Acesso em: 23 jan. 2023.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Domestic workers across the world: global and regional statistics and the extent of legal protection**. ILO, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_173363.pdf Acesso em: 7 jan. 2023.

SANTIAGO, Madalena. Sem salários, roubada e vítima de maus-tratos: doméstica recomeça vida após resgate de trabalho análogo à escravidão na BA. **Portal G1 Bahia**, 2022. Disponível em <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/04/27/sem-salarios-roubada-e-vitima-de-maus-tratos-domestica-recomeca-vida-apos-resgate-de-trabalho-analogo-a-escravidao-na-ba.ghtml>. Acesso em: 28 jan. 2023.

THEODORO, Mario *et al.* **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: IPEA, 2008.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL



REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

PROMOÇÃO



APOIO

